

A base econômica do socialismo de Marx

Eduardo Maldonado Filho

Prof. do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS.

Introdução

As crises econômicas da década de 1970 e a profunda crise do início dos anos 80 demonstraram, por um lado, os fortes limites que as políticas macroeconômicas nacionais anti-cíclicas passaram a ter num ambiente de crescente globalização. O exemplo mais contundente disso foi o fracasso do programa econômico do Governo Mitterand, de inspiração keynesiana de esquerda, que foi implementado durante o período 1981-83. Por outro lado, o dinamismo das economias capitalistas avançadas após a crise de 1979-82 contrastava com a estagnação dos países "socialistas", que já vinha se manifestando desde o início dos anos 70. Esse fatos vieram a reforçar o entusiasmo em relação aos mercados, tanto por parte dos economistas keynesianos quanto pelos próprios economistas de esquerda. Esse entusiasmo pelo mercado também ocorreu nos antigos países "socialistas". Ao longo da década de 80, cada vez mais as propostas de reforma econômica desses países passaram a contemplar a ampliação do papel dos mercados, em detrimento do planejamento, como regulador das atividades econômicas. O colapso do chamado "socialismo real" nos países do Leste Europeu e, em especial, na União Soviética apenas reforçou essa posição. O entusiasmo pelo mercado não era mais privilégio da direita. Assim, chegamos ao início da década de 90 com um amplo consenso sobre a superioridade do capitalismo liberal em relação aos sistemas econômicos alternativos: social-democracia ou socialismo. Parecia, portanto, que existia apenas uma alternativa de desenvolvimento econômico: o neoliberalismo. A desregulamentação da economia, as privatizações, a abertura externa e a livre movimentação do capital a nível internacional (apenas em relação ao trabalho os neoliberais não advogaram por sua livre mobilidade em termos internacionais) se tornaram no novo dogma econômico.

Evidentemente que a derrocada dos países "socialistas" coloca em primeiro plano não só a discussão sobre as causas do fracasso econômico

desses países, mas também o debate sobre o futuro do socialismo. Afinal, o fracasso do sistema econômico "socialista" parece indicar, e esta é a visão dominante atualmente, que o socialismo teve um passado, mas não tem futuro. Heilbroner expressou bem essa idéia ao afirmar que "menos de 75 anos depois que a competição entre o capitalismo e o socialismo teve início oficial, ela está encerrada: o capitalismo venceu." Essa não é, no entanto, a opinião de muitos economistas radicais que continuam acreditando na possibilidade de se construir uma sociedade baseada na equidade, solidariedade e na democracia política e econômica; numa palavra: no socialismo. Afinal, os problemas atuais dos países capitalistas adiantados, os quais têm se tornado mais agudos com o livre funcionamento dos mercados - desemprego, miséria, desigualdades crescentes, aumento da concentração de renda, etc.² - consistem nos mesmos problemas que deram origem aos movimentos socialistas no século passado.

Em relação à Revolução Soviética, cabe lembrar que não só muitos marxistas e socialistas estiveram entre os primeiros críticos do "socialismo" soviético (Kautsky e Rosa de Luxemburgo são exemplos notórios), como também muitos deles se recusavam a reconhecer que as sociedades que estavam sendo construídas no Leste Europeu tivessem algo a ver com o verdadeiro socialismo. Por exemplo, Braverman (1974, pp. 12-13) argumenta que

"In practice, Soviet industrialization imitated the capitalist model; and as industrialization advanced the structure lost its provisional character and the Soviet Union settle down to an organization of labor only differing in details from that of the capitalist countries, so that the Soviet working population bears all the stigmata of the Western working classes. In the process, the ideological effect was felt throughout world Marxism: the technology of capitalism, which Marx had treated with cautious reserve, and the organization of labor, which he had treated with passionate hostility, became relatively acceptable. Now the revolution against capitalism was increasingly

conceived as a matter of stripping from the highly productive capitalist mechanism certain 'excrescences', improving the conditions of work, adding to the factory organization a formal structure of 'workers' control', and replacing the capitalism mechanism of accumulation and distribution with socialist planning."

Assim, é correto afirmar-se que os primeiros críticos do chamado socialismo real surgiram dentro do próprio campo marxista (ver, por exemplo, Blackburn, 1992).

Ainda que seja fundamental a discussão sobre a natureza do chamado socialismo real e das razões que levaram essas economias ao colapso³, não menos relevante, na nossa opinião, é o debate sobre o futuro do socialismo. Uma vez que o colapso econômico, social e político dos "países comunistas" do Leste Europeu têm sido proclamado como se constituindo na demonstração cabal da inviabilidade histórica do socialismo e, por conseguinte, da concepção de socialismo proposta por Marx, parece-nos importante revisitar a concepção de socialismo de Marx⁴. Assim, o nosso objetivo nesse artigo é, precisamente, o de rever a concepção de socialismo de Marx, principalmente o seu conteúdo econômico.

Parece-nos importante examinar essa questão por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, porque a concepção de socialismo que aparece nas obras de Lenin, ao ser identificada (erroneamente, na nossa opinião) com a de Marx, implicaria, de fato, que as tentativas de implantação do socialismo, segundo a concepção de Marx, teria fracassado historicamente. Nesse artigo, iremos precisamente argumentar que a tentativa de construção histórica do socialismo na ex-União Soviética e no Leste Europeu, longe de se apoiarem na concepção de socialismo de Marx, basearam-se de fato numa concepção bastante distinta - na chamada concepção Marxista-leninista. E, em segundo lugar, porque a concepção Marxiana, como veremos abaixo, nos parece ser o ponto de partida fundamental para a retomada da discussão sobre o futuro do socialismo; ou seja, sobre as alternativas ao capitalismo.

Na segunda seção apresentaremos, inicialmente, uma breve revisão da evolução histórica da concepção marxista de socialismo para o período 1881-1920, que acabou por se desdobrar em duas correntes antagônicas: a social democrata e a Marxista-leninista. A seguir iremos apresentar, de uma forma crítica, as principais características da concepção Marxista-leninista de

socialismo. Na terceira seção apresentaremos os aspectos principais da concepção de socialismo de Marx. Discutindo, inicialmente, a concepção de socialismo do jovem Marx. A seguir, iremos apresentar a fundamentação econômica do socialismo desenvolvida por Marx em seus estudos econômicos e, finalmente, a sua concepção de transição para o socialismo. Na última seção, apresentaremos algumas considerações finais.

As Concepções Marxista de Socialismo: 1881-1920

Cabe salientar, inicialmente, que a forte influência (mas de forma alguma exclusiva) de Marx e de Engels sobre as concepções os partidos social-democratas que se formaram na Europa no final do século XIX se deu, fundamentalmente, através das seguintes obras: Manifesto Comunista, Capital (volume 1) e, principalmente, do Anti-Dühring de Engels. Nesse período, muitas das principais obras de Marx não estavam disponíveis - por exemplo, o volume 3 do Capital só foi publicado por Engels em 1894, as Teorias da Mais-valia foram publicadas (com substanciais modificações e erros) por Kautsky no período 1905-10 e os Grundrisse só foram publicados, no ocidente, em 1953⁵. Portanto, a visão atual que temos (ou podemos ter) da concepção de Marx sobre o socialismo é, necessariamente, muito diferente daquela que os principais autores marxista tinham no final do século passado e no início deste século.

A Evolução da Concepção de Socialismo no Marxismo⁶

Em 1875, as duas correntes em que se dividia o movimento político dos trabalhadores na Alemanha se unificaram para formar um partido socialista unificado, adotando-se então um programa comum, que foi aprovado no Congresso de Gotha. Posteriormente, esse partido foi renomeado para Partido Social Democrata⁷. Marx fez fortes objeções ao programa de princípios adotado pelo novo partido, afirmando inclusive que "it is my duty not to give recognition, even by diplomatic silence, to what in my opinion is a thoroughly objectionable programme that demoralise the Party." (Marx, 1970, p.11). No entanto, sua crítica ao Programa de Gotha só foi publicado 8 anos após sua morte e apenas adquiriu importância na análise marxista através de Lenin, em 1917.

A partir da análise então prevalecente entre os movimentos socialistas da época (mas, como vimos acima, em relação as quais Marx tinha fortes reservas),

os objetivos últimos dos partidos social-democratas eram os seguintes: (a) abolir a exploração; (b) destruir a divisão da sociedade em classes sociais; (c) eliminar o desperdício e a anarquia da produção capitalista e (d) erradicar todas as fontes de injustiça e de preconceitos. Em poucas palavras, era o de realizar a revolução social criando assim uma nova sociedade - a sociedade socialista.

Segundo a social-democracia, a causa fundamental das mazelas que caracterizam o capitalismo - em particular a exploração, a ineficiência decorrente da anarquia da produção em escala social e da injusta distribuição da renda - residia na propriedade privada dos meios de produção. Assim, a base da revolução socialista estava na implementação de um programa de socialização (ou nacionalização) dos meios de produção. Para realizar esse programa de socialização era imprescindível que o partido obtivesse o poder político.

A primeira questão crucial que os partidos social-democratas enfrentaram foi decidir se participavam ou não da política institucional. Enquanto os anarquistas resolveram não participar, os partidos socialistas (marxistas) decidiram participar. Mas essa decisão não foi fácil de ser tomada; afinal, a seguinte questão se colocava: a burguesia respeitaria sua própria ordem legal no caso de uma vitória eleitoral dos socialistas?

Enquanto a social-democracia não detinha o poder político, e as condições econômicas também não eram ainda as necessárias para a realização da revolução social, sua participação no processo político era no sentido de criticar as condições dos trabalhadores no capitalismo, divulgar suas propostas de transformações sociais (i.e., socialização dos meios de produção) e de lutar por reformas socioeconômicas que viessem a melhorar as condições de vida dos trabalhadores no capitalismo. Cabe salientar que o dilema entre reforma e revolução, antes de 1917, não existia. As reformas eram vistas como preparando o terreno para a revolução social. Quanto mais reformas sociais e democráticas fossem realizadas mais próximo estaria o dia da revolução social.

Durante o final do século passado e o início desse século os partidos social-democratas experimentaram forte crescimento eleitoral e no pós primeira guerra - principalmente devido à ocorrência de muitos movimentos espontâneos de ocupação de fábricas, em diversos países europeus, por parte dos trabalhadores - muitos deles foram chamados a participar dos

respectivos governos nacionais. Com essa participação no governo, os social-democratas foram confrontados com a questão de como colocar em prática seu programa de socialização dos meios de produção. Em termos concretos, como deveria ser realizada a socialização (ou nacionalização) dos meios de produção?

Qual a forma que a socialização dos meios de produção deveria assumir? Eles simplesmente não tinham resposta à essas questões fundamentais. Uma das principais providências que foram adotadas pela social-democracia foi o de se criar, nos parlamentos, os chamados "comitês de socialização" que deveriam estudar a questão e propor um programa de socialização para ser implementado pelo governo. De fato, nenhuma socialização foi realizada sob os auspícios desses comitês.

Estando no poder, mas sem maioria parlamentar, e, portanto, sem força política para implementar seu programa de socialização dos meios de produção, os social-democratas passaram a propugnar pela implantação de reformas que viessem a melhorar as condições de vida dos trabalhadores. As principais reformas propostas pelos social-democratas foram as seguintes: (a) desenvolvimento de programas habitacionais; (b) introdução de legislação definindo um salário mínimo; (c) instituição de algum tipo de proteção contra o desemprego; (d) tributação sobre a renda e herança e (e) pensão para os idosos. Assim, a social-democracia suspendia a implementação de seu programa de revolução social até que as condições políticas se tornassem favoráveis.

Por outro lado, em 1917 ocorre, com sucesso, a Revolução Russa. Com a tomada do poder pelos bolcheviques, teve início um processo de estatização dos meios de produção (visto como sendo a realização da proposta marxista de socialização dos meios de produção). Como os social-democratas no ocidente tinha suspenso seu programa de socialização, Lenin passou a denunciá-los como sendo partidos reformistas - no sentido de não serem mais partidos que almejassem realizar a revolução socialista, mas desejam apenas realizar reformas no sistema capitalista. Por outro lado, a concepção de revolução assumiu um novo sentido: passou a ser relacionada mais com uma de insurreição armada, do que com a realização da revolução social.

Com isso, o movimento dos trabalhadores e o marxismo passou a estar dividido em dois campos

opostos, a social-democracia e o comunismo. A social-democracia acabou, por volta do final dos anos 20, por abandonar sua proposta de socialização dos meios de produção e desenvolver a proposta de reformas baseadas na teoria do bem-estar social e na implementação de políticas keynesianas de administração da demanda agregada com vistas propiciar o crescimento com pleno emprego das sociedades capitalistas.

A Concepção Marxista-leninista de Socialismo

O nosso objetivo nessa seção é o de apresentar, de uma forma bastante sumária, a concepção Marxista-leninista de socialismo, que baseia-se, fundamentalmente, no livro de Lenin *O Estado e a Revolução*⁸.

Deve-se salientar que em comparação à Marx, a concepção Marxista-leninista de socialismo é bem mais restrita. Na obra de Marx encontramos uma contínua preocupação com a alienação do indivíduo no capitalismo e a construção da sociedade socialista aparece, por outro lado, como se constituindo na condição necessária para a superação da alienação e, também, para permitir a plena e livre auto-realização dos indivíduos. Questões essas que estão praticamente ausentes dos escritos de Lenin. Apenas em 1917, a poucos meses da tomada do poder, é que Lenin, em *O Estado e a Revolução*, começa a desenvolver a sua concepção de socialismo, enquanto uma sociedade futura.

Em termos bastante genérico pode-se resumir essa concepção Marxista-leninista de socialismo nos seguintes termos:

o socialismo é concebido, basicamente, em termos das relações de propriedade (diferentemente de Marx que o concebe em termos das relações de produção). Por socialismo entende-se a apropriação dos meios de produção por parte do Estado (proletário), essa socialização, por sua vez, corresponderia à abolição da propriedade privada⁹;

no que diz respeito ao gerenciamento do trabalho nas empresas socializadas, propõe-se a adoção dos métodos capitalistas de gerenciamento, desde de que destituído de seus aspectos relacionados à exploração dos trabalhadores, com vistas a se construir a nova sociedade socialista; em relação a troca e distribuição dos produtos, exclui-se a produção de mercadorias e o dinheiro do socialismo. Argumenta-se que com o fim do capitalismo haveria a supressão da produção de mercadorias e o socialismo se caracterizaria pela

distribuição dos produtos não mais através do comércio, mas através do Estado; em relação à divisão dos bens de consumo entre os produtores individuais, afirma-se a existência da igualdade entre o trabalho realizado e os salários recebidos pelos produtores e estes, por sua vez, são concebidos como empregados contratados pelo estado. Assim, concebe-se que os cidadãos, sob o socialismo, serão empregados contratados pelo estado e que receberão salários; finalmente, distingue-se (ao contrário de Marx, como veremos abaixo) o socialismo do comunismo. O socialismo seria a nova sociedade que surgirá do capitalismo e por comunismo a sua fase mais avançada. Portanto, haveriam duas transições: uma do capitalismo para o socialismo e a outra do socialismo para o comunismo.

A Concepção Marxiana de Socialismo

Nessa seção iremos examinar, em primeiro lugar, a crítica do jovem Marx as correntes socialistas do seu tempo. A seguir apresentaremos os argumentos de Marx em relação as tendências de transformação das relações de produção e de propriedade geradas pelo desenvolvimento capitalista e da progressiva socialização da economia. Por último, apresentaremos a concepção de Marx em relação à transição para o socialismo e de suas principais características.

Marx e a Crítica aos “Socialismos Utópicos”

Cabe lembrar, inicialmente, que o movimento socialista moderno surge como uma reação às consequências negativas que o desenvolvimento capitalista estava trazendo para a maioria da população. Esse desenvolvimento, como se sabe, resultava não só num crescimento da riqueza material que era sem precedentes na história, mas também num aumento das desigualdades sociais e da pobreza que era incompreensível aos contemporâneos. Esses efeitos negativos do desenvolvimento capitalista, a chamada “questão social” - i.e. o sofrimento que o desenvolvimento capitalista trazia às massas trabalhadoras -, colocavam em primeiro plano as discussões sobre como resolver a chamada “questão social”. Por socialismo entendia-se então qualquer movimento, idéia ou proposta de reforma que tinha como objetivo resolver, ou pelo menos minorar, a “questão social”, independentemente do fato dela envolver qualquer modificação do sistema de propriedade ou de implicar na ação governamental.

Dois aspectos importantes caracterizam o movimento socialista emergente: (a) a crítica ao

capitalismo e (b) as propostas (utópicas) de criação de uma nova sociedade onde os homens vivessem em harmonia e cooperação, em contraste ao capitalismo caracterizado pela concorrência, individualismo e o conflito. Saliente-se, também, que as diversas propostas socialistas dessa época, ao formularem seus planos para a criação de uma nova sociedade, imaginavam que a implementação desses planos poderia ser feita sem conflitos políticos (a luta de classe) e sem um longo período de transição. Daí o caráter utópico do socialismo pré-marxiano.

Marx, por sua vez, valoriza o caráter crítico das principais correntes socialistas então existentes, mas repudia as propostas utópicas de criação de uma nova sociedade. A partir da crítica aos movimentos socialistas então em voga, Marx propõe uma nova direção em relação ao movimento socialista: em vez de se preocupar com a elaboração de planos, mais ou menos detalhados, de uma nova sociedade (ou seja, em vez dos os pensadores procurarem antecipar dogmaticamente como a sociedade futura deveria ser), o importante está em se desenvolver um programa político para a construção da sociedade socialista a partir da análise crítica da sociedade capitalista e das lutas concretas que ali ocorrem.

Apesar do caráter ainda especulativo da proposta do jovem Marx, ele chega a uma conclusão que será fundamental à sua análise futura, a saber: a sociedade socialista surgirá do "útero" da sociedade capitalista. Portanto, a conclusão de Marx é a de que a sociedade do futuro (o socialismo) não será construída a partir de planos utópicos, mas sim será o resultado do desenvolvimento do próprio capitalismo.

Outra questão importante em relação à concepção de Marx se relaciona com a diferenciação entre o socialismo científico e socialismo utópico. Conforme demonstrou Draper (1990, pp. 6-9), o termo alemão usado por Marx é "wissenschaftlicher Sozialismus", e que é geralmente traduzido por socialismo científico. A palavra "wissenschaft" indica conhecimento e, portanto, o aprendizado e estudos que acumulam conhecimento. Assim, esse termo inclui a idéia de ciência, e tende a ser traduzido por ciência, mas é evidentemente mais amplo do que a noção usual de ciência. Portanto, por socialismo científico deve-se entender aquelas propostas socialistas que se baseiam no estudo e no conhecimento da realidade da sociedade capitalista, em contraposição as propostas que se derivam da imaginação ou fantasias dos seus

formuladores. Por outro lado, cabe ressaltar que Marx não foi o primeiro, e nunca pretendeu ter sido, a desenvolver uma concepção socialista a partir do conhecimento objetivo da realidade (ou seja, basear o socialismo em uma base científica), outras correntes socialistas também pretenderam basear suas propostas no conhecimento da realidade (e não nos sonhos ou na imaginação dos pensadores). Segundo Draper (1990, p. 9), "Marx foi um dos muitos socialistas pioneiros que aspiraram realmente em basear o socialismo sobre uma visão científica da sociedade."

Portanto, para Marx e os seus contemporâneos o caráter utópico de outras correntes socialistas estava na pretensão de se supor que a construção da nova sociedade podia ser feita a partir dos sonhos ou fantasias dos pensadores ou filósofos, e não a partir do conhecimento da realidade objetiva. Mais ainda, em supor que essa nova sociedade podia ser construída sem a luta política e sem um longo período de transição política econômica.

A crítica que Marx faz, no Manifesto Comunista, às diferentes correntes socialistas o levam a concluir que a questão não está na proposição de novas utopias da sociedade futura, mas sim de se compreender o desenvolvimento da sociedade capitalista, pois o socialismo surgirá do "útero" do próprio capitalismo. Mas, nessa altura, o argumento econômico de Marx sobre a necessidade do socialismo ainda não está suficientemente desenvolvido.

O Desenvolvimento Capitalista e a Progressiva Socialização da Economia

Os estudos econômicos de Marx lhe permitiram superar o caráter especulativo inicial da sua concepção de socialismo e a desenvolver uma sólida base econômica para o socialismo. Um dos aspectos fundamentais retidos por Marx, em relação à sua concepção inicial, é o de que o socialismo surge do "útero" do próprio capitalismo. Ou seja, é o próprio desenvolvimento capitalista que cria as condições necessárias tanto para a destruição do capitalismo, como para a criação da sociedade socialista. Por outro lado, Marx retém sua idéia inicial de que a sociedade socialista irá propiciar "a plena e livre auto-realização do indivíduo".

De uma forma sumária, pode-se dizer que o argumento econômico básico de Marx a favor do socialismo é o de que o processo de acumulação de capital implica num contínuo desenvolvimento das forças produtivas e na socialização do trabalho e da

propriedade. Assim, é o próprio desenvolvimento capitalista que cria as condições tanto para a sua destruição quanto para a criação do socialismo.

Vejamos esse argumento de Marx um pouco mais de perto, ainda que de uma forma bastante sucinta. Segundo Marx, a característica mais geral do capitalismo está no fato de que o trabalho privado dos indivíduos não é diretamente social, esse trabalho só se torna social através da venda das mercadorias no mercado. Dessa forma, o produto do trabalho dos produtores independentes aparece sob a forma de mercadoria e o trabalho despendido no processo de produção aparece como o valor dessas mercadorias. Assim, o valor expressa uma relação social de produção entre os produtores independentes. E é a "lei do valor", que opera através das flutuações dos preços das mercadorias no mercado, que dirige a atividade produtiva dos homens. Dessa forma, as relações entre os produtores independentes assumem uma forma fetichizada, pois são produtos criados pelos próprios homens que parecem ganhar vida própria. Mas o que é importante para nós nesse artigo é o de caracterizar que a produção capitalista é realizada em grande escala, o que implica que a produção é realizada por um grande número de trabalhadores (o trabalhador coletivo de Marx). Portanto, segundo Marx, no capitalismo a produção também torna-se cada vez mais socializado - no sentido que a produção é realizada por um grande número de trabalhadores "associados". Esse fato contrasta com as formas pré-capitalistas de produção, onde o processo de produção era realizada em pequena escala. Outro aspecto importante da produção capitalista está no seu contínuo desenvolvimento tecnológico e, portanto, no fato de que esse desenvolvimento das forças produtivas implica na expansão da mais-valia relativa, no aumento do desemprego estrutural (i.e. do exército industrial de reserva), na elevação da produtividade do trabalho, no crescimento da composição orgânica do capital produtivo e na tendência declinante da taxa de lucro. O resultado disso é que não só ocorre um constante aumento da riqueza material, mas também tende a ocorrer o crescimento das desigualdades sociais (mesmo quando - o que tende a acontecer, segundo Marx, no capitalismo - o salário real dos trabalhadores aumente) e da pobreza.

Outro aspecto importante do desenvolvimento capitalista, além da crescente socialização da produção e das relações econômicas que acompanham o processo de acumulação de capital, está no

surgimento das empresas de sociedade anônimas. Para Marx, o surgimento desse tipo de empresas implica na crescente socialização, dentro dos estritos marcos do próprio capitalismo, da propriedade do capital. Ou seja, o capital perde o seu caráter privado e para assumir o caráter de capital público.

O surgimento das empresas de sociedade anônimas implica na separação entre a propriedade do capital e a função de gerenciamento da empresa. Os acionistas agora apenas participam na propriedade do capital, e como tal auferem os dividendos, enquanto que a função de administração da empresa fica a cargo de administradores assalariados, que recebem o salário de superintendência. Portanto, para Marx a formação das S.A. implica na "transformation of the actual functioning capitalist into a mere manager, in charge of other people's capital, and of the capital owner into a mere owner, a mere money capitalist" (Marx, 1967c, p. 567).

Assim, análise econômica de Marx demonstra que é o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista que - ao expandir constantemente a interrelação socioeconômica dos homens, ao propiciar a crescente socialização do processo produtivo e o crescimento da produtividade do trabalho (e, portanto, ao desenvolver novas formas de gerenciamento) e, principalmente, ao resultar no surgimento e expansão das Sociedades Anônimas (e, portanto, em implicar na própria socialização da propriedade do capital) - cria as condições materiais e sociais para o surgimento de um novo modo de produção: o modo de produção associado.

Cabe ressaltar que o termo Associação (ou União), usado por Marx para definir o modo de produção socialista, possui um duplo sentido: (a) o de que as empresas serão baseadas na associação ou união voluntária - e portanto não compulsória - dos trabalhadores (que portanto se tornarão indivíduos que são produtores e não mais trabalhadores) e (b) no fato de que essa nova relação de produção implica na associação ou união dos produtores com os meios de produção (MP), uma vez que os produtores serão proprietários de sua empresa.

Deve-se também indicar que por relações de propriedade nos meios de produção, Marx entende que: (a) os meios de produção (MP) se constituem em uma propriedade privada quando uma parcela da sociedade possui o monopólio sobre eles (ou seja, quando os MP são propriedade de uma classe social),

(b) os MP são privados quando eles são propriedade de indivíduos particulares, em oposição à propriedade coletiva - assim, com a formação das empresas de sociedade anônimas, a propriedade capitalista deixa de ser a propriedade de um capitalista individual e se torna uma propriedade capitalista coletiva (i.e. torna-se uma propriedade pública). Assim, para Marx, o desenvolvimento capitalista tende não só a tornar coletiva a propriedade do capital, mas também, ainda que em menor escala, a permitir a criação de formas associadas de produção (por exemplo, cooperativas de trabalhadores). Criando, dessa forma, as condições materiais para a construção do modo de produção associado (i.e. o socialismo. Segundo Marx (1967c, p. 571),

"The cooperative factories, run by workers themselves are, within the old form, the first examples of the emergence of a new form, even though they naturally reproduce in all cases, in their present organization, all the defects of the existing system, and must reproduce them. But the opposition between capital and labour is abolished here, even if at the first only in the form that the workers in association become their own capitalist, i.e. they use the means of production to valorize their own labour. These factories show how, at a certain stage of development of the material forces of production, and of the social forms of production corresponding to them, a new mode of production develops and is formed naturally out of the old. Without the factory system that arises from the capitalist mode of production, cooperative factories could not develop. Nor could they do so without the credit system that develops from the same mode of production."

Cabe também destacar a posição de Marx em relação aos limites e às potencialidades transformadoras do movimento cooperativo. Para Marx (1970, pp. 81-82)

"...(a) We [the International Working Men's Association] acknowledge the co-operative movements one of the transforming forces of the present society based upon the class antagonism. Its great merit is to practically show, that the present pauperising, and despotic system of the subordination of labour to capital can be superseded by the republican and beneficent system of the association of free and equal producers. (b) Restricted, however, to the dwarfish forms into which individual wages slaves can elaborate it by their private efforts, the co-operative

system will never transform capitalistic society. To convert social production into one large and harmonious system of free and co-operative labour, general changes are wanted, changes of the general conditions of society, never to be realised save by the transfer of the organised forces of society, viz., the state power, from capitalists and landlords to the producers themselves."

Finalmente, Marx (1967c, p. 572) conclui que "Capitalist joint-stock companies as much as cooperative factories should be viewed as transition forms from the capitalist mode of production to the associated one, simply that in the one case the opposition is abolished in a negative way, and in the other in a positive way."

Marx e a Transição do Capitalismo para o Socialismo. A Economia Socialista

Em relação a questão da transição do capitalismo para o socialismo, podemos destacar os seguintes pontos¹⁰:

Marx não distingue o socialismo do comunismo, como fez Lenin. Para ele, o socialismo não se constitui num modo de produção intermediário entre o capitalismo e comunismo. Na análise de Marx, a transição para o socialismo pressupõe a existência de um longo e turbulento período revolucionário durante o qual os trabalhadores assumirão o controle do Estado para levarem a cabo a transição socioeconômica entre o capitalismo e o socialismo¹¹;

a transição da base econômica do capitalismo para o socialismo é concebida em termos de modificações das relações de produção. Enquanto no capitalismo, a relação de produção fundamental é a do assalariamento do trabalho, no socialismo a relação de assalariamento deixará de existir, pois os produtores livremente associados serão proprietários das condições de produção, ou seja a produção estará baseada numa real socialização dos MP;

a auto-emancipação dos trabalhadores implicará, automaticamente, na emancipação humana em geral uma vez que, no capitalismo, não existe nenhuma classe abaixo dos proletários.

no socialismo, as relações de troca entre os indivíduos deixará de ocorrer através da forma valor (i.e. do mercado) e passará a se dar através da "livre troca" entre os indivíduos sociais - ou seja, da troca de suas atividades produtivas que será determinada por suas necessidades coletivas e sobre a base da

apropriação social (e controle) das condições de produção. Por isso, o trabalho individual será, por definição, diretamente social. Portanto, para Marx, mesmo na primeira fase do socialismo (ou comunismo) a produção de mercadorias terá deixado de ser hegemônica;

segundo Marx, do ponto de vista econômico, a distribuição pode ser analisada sob duas óticas distintas: (a) como a distribuição das condições de produção (MP e T) entre os diferentes usos alternativos. Ou seja, como alocar o tempo total de trabalho (morto e vivo) entre as diferentes esferas de produção da economia e (b) como a distribuição dos produtos entre os indivíduos;

em relação à distribuição das condições de trabalho entre as diferentes esferas de produção, Marx argumenta que, no socialismo, também existirá a necessidade de se reduzir o tempo total de produção. Porém, esse acréscimo da produtividade do trabalho implicará na redução do tempo dedicado à reprodução da riqueza material e na conseqüente liberação de tempo livre para os indivíduos usarem para o seu lazer e desenvolvimento - no socialismo essa economia de tempo se constituirá, segundo Marx, na mais importante lei econômica¹²; outro aspecto discutido por Marx no contexto da alocação do trabalho social entre usos alternativos se relaciona com: (a) a reposição dos MP depreciados durante o processo de produção - no capitalismo essa questão se resolve de forma anárquica enquanto que no socialismo será resolvido com uma "contínua superprodução relativa" dos MP; (b) o hiato temporal entre o emprego dos recursos produtivos e a obtenção dos valores de uso - **no capitalismo isso se resolve a posteriori e ao custo de grandes distúrbios, e no socialismo a sociedade irá, de forma consciente, calcular e planejar a escala necessária das operações e alocar, de forma planejada, os recursos entre os diferentes usos alternativos**; em relação ao planejamento, a Marx argumenta que não é possível, num sistema em que as relações de produção sejam baseadas no trabalho assalariado, se substituir o método de alocação de recursos através do mercado pelo planejamento. Ao contrário, ele argumenta que durante o processo de transição para o socialismo também ocorrerá um processo de transição da alocação dos recursos regulado pelo mercado (anarquia do capitalismo) para uma forma racional e planejada (ex-ante) de alocação dos recursos da sociedade. Mas cabe ressaltar, que o planejamento é concebido como sendo um sistema

de alocação dos recursos a ser realizado pelos produtores associados de forma coletiva e democrática. Portanto, sua concepção é incompatível com o sistema de planejamento centralizado preconizado pelo Marxismo-leninismo.

Marx também salienta que os efeitos da economia do tempo de trabalho que é devotado à produção material será diferente no socialismo. No capitalismo, essa redução do tempo de trabalho se transforma em mais valia e na aceleração da acumulação de capital. No socialismo, por outro lado, a distinção entre tempo de trabalho necessário e excedente perde o seu sentido, pois o tempo de trabalho será medido em termos das necessidades dos indivíduos sociais (e não em termos da valorização do capital). Assim, o aumento do tempo livre (não dedicado à produção) será aproveitado e distribuído a todos os membros da sociedade;

o aumento do tempo livre no socialismo têm, para Marx, dois sentidos: (a) indica que o tempo de trabalho é mais produtivo (produz mais riqueza material); (b) esse tempo livre representa aumento da riqueza; riqueza é entendida aqui num sentido pouco usual, pois ela representa a possibilidade dos indivíduos se dedicarem a outros tipos de atividades que contribuam para o seu bem estar prazer e para o seu desenvolvimento enquanto indivíduos e, por outro lado, porque esse tempo livre significa atividade que será feita sem que seja determinada por uma finalidade externa ao indivíduo, quer como uma necessidade natural quer como uma obrigação social;

por outro lado, Marx também chama atenção que o próprio tempo de trabalho assume um novo sentido. O trabalho, no socialismo, será diretamente social e, portanto, deixará de ter o sentido antagônico característico das sociedades divididas em classe sociais, passando a possuir uma nova qualidade quando comparado com o trabalho realizado no capitalismo;

no entanto, o tempo de trabalho necessário (que continuará a ser determinado por uma finalidade externa ao indivíduo) permanecerá dentro do "reino das necessidades", ele continuará não pertencendo ao "reino da liberdade" (que consiste do tempo livre, i.e. do tempo que está fora da esfera da produção material). Marx observa que o "reino da liberdade" só pode se desenvolver sobre a base do "reino da necessidade" (ver nota 12 acima);

em relação a distribuição do produto social entre as condições de produção e os bens de consumo,

Marx argumenta que uma parcela do produto social terá que servir como fundo comum para repor os MP consumidos durante o processo de produção, para aumentar a escala de produção e como fundo de reserva contra as incertezas. A parte restante do produto social servirá ou como meio de consumo coletivo (saúde, educação e o consumo daqueles que não podem trabalhar) ou como meio de consumo individual.

em termos da distribuição dos bens de consumo entre os produtores individuais, Marx afirma que como os indivíduos deixam de trabalhar como trabalhadores assalariados e se tornam produtores em sua associação, eles, por consequência, deixam de receber salários e passam a receber títulos indicativos do tempo de trabalho que eles despenderam na produção. Esses títulos lhes dão o direito de retirarem do estoque comum de bens de consumo produzidos o equivalente à sua contribuição. Segundo Marx, na primeira fase do socialismo o direito ao consumo individual será proporcional ao tempo de trabalho despendido¹³, apenas na segunda fase do socialismo é que direito burguês de apropriação dos bens de consumo é superado e que a distribuição passa ser feita segundo as necessidades de cada indivíduo da sociedade.

Comentários Finais

Nesse artigo procuramos destacar, em primeiro lugar, a profunda diferença que existe entre as visões Marxista-leninista de socialismo e a de Marx. E, em segundo lugar, apresentar a base econômica do argumento de Marx, tanto em relação à transição do capitalismo para o socialismo, quanto no que diz respeito ao funcionamento e implicações da nova sociedade socialista para a auto-emancipação dos indivíduos. As considerações feitas acima parece-nos importante para resgatar o debate sobre o futuro do socialismo e, também, em termos propostas socioeconômicas para uma nova agenda socialista.

Bibliografia

- Blackburn, R., org. (1992). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. São Paulo: Paz e Terra.
- Bonin, J.P., D.C. Jones and L. Putterman (1993). "Theoretical and empirical studies of producer cooperatives: will ever the twain meet?" *Journal of Economic Literature*, vol. XXXI, September, pp. 1290-1320.
- Bottomore, T., ed. (1983). **A Dictionary of Marxist Thought**. Cambridge: Harvard University Press.
- Braverman, H. (1974). **Labor and Capital: the degrada-**

tion of work in the twentieth century. New York: Monthly Review Press.

Callinicos, A. (1992). **A vingança da história: o marxismo e as revoluções do Leste Europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Chattopadhyay, P. (1992). *The Economic Content of Socialism: Marx vs. Lenin*. *Review of Radical Political Economics*, vol. 24, (3 & 4).

Draper, H. (1990). **Karl Marx's Theory of Revolution. Volume IV: Critique of other socialisms**. New York: Monthly Review Press.

Foley, D.K. (1986). **Understanding Capital: Marx's economic theory**. Cambridge: Harvard University Press.

Hobsbawm, E. "Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano" in: Hobsbawm, E. et al. (1983). **A História do Marxismo - 1 O Marxismo no tempo de Marx**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Marx, K. (1967a). **Capital: a critique of political economy. Vol. 1, The process of production of capital**, ed. F. Engels. Reprint. New York: International Publishers.

Marx, K. e F. Engels (1967). **The manifesto of the Communist Party**. Harmondsworth: Penguin Books.

Marx, K. (1967c). **Capital: a critique of political economy. Vol. 3, The process of capitalist production as a whole**, ed. F. Engels. Reprint. New York: International Publishers.

Marx, K. (1969). *Critique of the Gotha Program*. In K. Marx e F. Engels, **Selected Works**, v. 2. Moscow: Progress Publishers.

Marx, K. (1970). *Instructions for the Delegates of the Provisional General Council. The Different Questions*. In K. Marx e F. Engels, **Selected Works**, v. 3. Moscow: Progress Publishers.

Marx, K. (1967b). **Capital: a critique of political economy. Vol. 2, The process of circulation of capital**, ed. F. Engels. Reprint. New York: International Publishers.

Mishel, L. e J. Bernstein (1994). **The state of working America, 1994-95**. Economic Policy Institute Series. Armonk: M.E. Sharpe.

Przeworski, A. (1989). **Capitalismo e Social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras.

Wood, A. (1986). *Marx and equality*. In: J. Roemer (ed.) **Analytical Marxism**. New York: Cambridge University Press.

Yaghmaian, B. (1994). "Socialist Labor Process Revisited." *Review of Radical Political Economics*, vol. 26, (2).

Notas

²Ver, por exemplo, o trabalho de Mishel e Berstein (1994).

³- Sobre este tema ver, por exemplo, os trabalhos de Callinicos (1992), Blackburn, (1992).

⁴Na nossa opinião, os trabalhos de Chattopadhyay (1992), Callinicos (1992) e Draper, (1990) se constituem em importantes contribuições à esse debate.

⁵Em língua inglesa, por exemplo, as Teorias da Mais-valia foram publicadas em 1963 e os Grundrisse em 1973.

⁶Ver, sobre esse tema, o trabalho de Przeworski (1989), capítulo 1.

⁷Apesar de Engels expressar certas reservas com o novo nome do partido na Alemanha, ele acabou concordando com essa mudança. Segundo Bottomore (1983, p. 442), "The reasons to choose this name were partly no doubt to affirm a continuity with the revolutions of 1848, but still more to express the idea that these parties, engaged in fierce struggles for political democracy (for universal suffrage and for elected assemblies which would have real power instead of being mere advisory bodies), had as their ultimate aim the extension of democracy to social life as a whole, and in particular to the organization of production."

⁸Deve-se deixar claro que o nosso objetivo nessa seção é apenas o apresentar as características mais importantes dessa visão da sociedade socialista, com vistas a colocarmos em destaque a profunda diferença que existe entre essa concepção e a de Marx.

⁹Conforme indicado, por Yaghmaian (1994, pp. 76-77), "The critical review of Lenin's texts on this subject [i.e. em relação ao processo de trabalho socialista] reveals that it is not the transformation of the relations of the producers to the objectified conditions of labor, but changes in the political sphere and formal property relations that play the primary role... Lenin's model of the socialist labor process thus inherents the essential characteristics of state capitalism in the sense of Marx and Engels - capitalist relations of production with state ownership of the means of production."

¹⁰Ver o trabalho de Chattopadhyay (1992) para uma análise mais detalhada da discussão que apresentamos abaixo.

¹¹Para Marx (1969, p. 26), "Between capitalist and communist society lies the period of revolutionary transformation of the one into the other. Corresponding to this is also a political transition period in which the state can be nothing but the revolutionary dictatorship of the proletariat".

¹²"The real wealth of society and the possibility of a constant expansion of its reproduction process does not depend on the length of surplus labour but rather on its productivity and on the more or less plentiful conditions of production in which it is performed. The realm of freedom really begins only where labour determined by necessity and external expediency ends; it lies by its very nature beyond the sphere of material production proper. Just as the savage must wrestle with nature to satisfy his needs, to maintain and reproduce his life, so must civilized man, and he must do so in all forms of society and under all possible modes of production. This realm of natural necessity expands with his development, because his needs do to; but the productive forces to satisfy these expand at the same time. Freedom, in this sphere, can consist only in this, that socialized man, the associated producers, govern the human metabolism with nature in a rational way, bringing it under their collective control instead of being dominated by it as a blind power; accomplishing it with the least expenditure

of energy and in conditions most worthy and appropriate for their human nature. But this always remains a realm of necessity. The true realm of freedom, the development of human powers as an end in itself, begins beyond it, though it can only flourish with this realm of necessity as its basis. The reduction of the working day is the prerequisite" (Marx, 1967c, p. 820).

¹³Cabe salientar que Marx não baseia seu argumento em favor do socialismo no conceito de igualdade. Na verdade ele considera o ideal de igualdade como um conceito burguês, e para o qual ele não tem simpatias (pelo menos no sentido de igualdade de direitos), ainda que se oponha de forma decidida a todas as formas de privilégios sociais e de opressão. A sua oposição ao ideal de igualdade se relaciona ao fato dessa igualdade servir de base para a opressão capitalista. (Ver, sobre essa questão, Wood, 1986). Na verdade, para Marx, esse princípio de distribuição baseia-se no direito burguês, pois se fundamenta no princípio formal da igualdade, mas cujo conteúdo é necessariamente de caráter desigual. Esse é o caso, por exemplo, da compra da força de trabalho por parte do capitalista. Em termos formais, existe uma troca de equivalentes entre as partes, mas em termos de conteúdo o capitalista adquire um trabalho excedente.